



<http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2022.1.43021>

SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

A alienação em Marx

Alienation in Marx

Silvio Redon¹

orcid.org/0000-0002-6163-4846
silviredonks@hotmail.com

**Eliane Christine Santos
de Campos¹**

orcid.org/0000-0002-4435-2783
elianecampos@uel.br

Recebido em: 27 mar. 2022.

Aprovado em: 5 maio 2022.

Publicado em: 12 jul. 2022.

Resumo: A alienação é uma categoria extremamente complexa, de difícil entendimento, principalmente quando estudada a partir de certas obras de Marx, como os *Manuscritos Econômicos-filosóficos* de 1844, fragmentado e incompleto. Embora tal noção não tenha sido criada no bojo da teoria marxiana, é nessa vertente que ela adquire um entendimento mais alinhado à realidade social, com raízes no plano econômico. Nos valendo de uma revisão de literatura centrada no tema, esse artigo objetiva uma aproximação ao termo, uma contribuição ao seu entendimento, cujos determinantes que lhe emoldura encontram seu nexo de objetividade sob as configurações estruturais da sociedade burguesa, dominada pelo capital.

Palavras-chave: Teoria marxiana. Manuscritos Econômicos-filosóficos. Alienação.

Abstract: Alienation is an extremely complex category, difficult to understand, especially when studied from certain works of Marx, such as the Economic-Philosophical Manuscripts of 1844, fragmented and incomplete. Although this notion was not created in the midst of Marxian theory, it is in this aspect that it acquires an understanding more aligned with social reality, with roots in the economic sphere. Using a literature review centered on the theme, this article aims to approach the term, a contribution to its understanding, whose determinants that frame it find their nexus of objectivity under the structural configurations of bourgeois society, dominated by capital.

Keywords: Marxian theory. Economic-philosophical Manuscripts. Alienation.

Introdução

Talvez nada seja mais característico ao homem, em sentido ontológico, do que o trabalho. Tal atividade proporciona a manutenção e a reprodução da própria vida humana; mas a humanidade foi capaz não apenas de responder suas necessidades mais imediatas, mais básicas, mas de criar uma variedade imensurável de riquezas e de tecnologias, com um alcance extraordinário. De um início marcado por todo tipo de sofrimento e exposição, fomos da produção de instrumentos de pedra afiada para a conquista da Lua, para o desenvolvimento da *internet* e das mais variadas inovações e comodidades. O trabalho é responsável pela criação do próprio homem e de toda sua trajetória histórica, por isso sua devida centralidade na vida prática; não há nada que ele não consiga dominar e subjugar ao seu interesse e vontade.

Como relação transformadora e inesgotável entre o homem e a natureza, o trabalho se altera socialmente no que diz respeito mesmo às



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.

suas formas de existência, de efetivação, e tais transformações se relacionam a certos modelos econômicos erigidos ao longo da história. Particularmente no capitalismo, o trabalhador se torna "livre", embora constrangido socialmente a vender sua força de trabalho, e o trabalho adquire a forma de trabalho assalariado, passando a produzir não só valores de uso para a satisfação das necessidades sociais, mas valores de uso enquanto portadores de valores de troca, em que tais necessidades são satisfeitas pela mediação do mercado e restringidas ao poder econômico dos sujeitos. Essa reorganização produtiva aparece quando da separação entre os meios de trabalho e o sujeito, em que a sociedade se divide entre quem domina a posse dos meios de vida e de trabalho e os que são forçados a venderem sua potência de trabalho diariamente: devido a isso, o produto imediato do processo de trabalho, o seu resultado, não pertence ao trabalhador, mas a quem é detentor das forças produtivas. O trabalho, sua objetivação, é estranha ao produtor e este não se reconhece em sua própria atividade e na materialidade dessa, que se volta contra ele como um poder crescente que o domina. É sobre esse intrincado processo o esforço teórico aqui empreendido.

O artigo está dividido em duas partes: a primeira, "A contribuição dos teóricos marxistas", reúne os estudos de alguns grandes pensadores marxistas sobre a alienação, visando clarificar o uso e a significação do termo pela interpretação desses estudiosos. A segunda parte, "A alienação a partir dos Manuscritos Econômicos-filosóficos", se dedica ao resgate e à compreensão da alienação a partir desse título de Marx, tão emblemático sobre o tema, seguida das considerações finais.

A contribuição dos teóricos marxistas

Segundo Raymond Williams (2007), alienação é, atualmente, uma das palavras mais difíceis da língua devido aos seus diversos usos e significados, tanto em contextos gerais como em

específicos.² Etimologicamente, a palavra inglesa *alienation* é antiga e abarca grande variedade de significados. Deriva diretamente do francês antigo, *aliénacion*, que provém do latim *alienationem*, cuja raiz está em *alienare*: estranhar ou tornar de outro. Esta última se relaciona com *alienus* (de ou pertencente a outra pessoa ou lugar) que por sua vez deriva seu significado de *alius* (outro, um outro). Seu emprego compreende uma gama variável de aspectos: em Rousseau expressa a separação do homem do seu estado natural, estranhado dessa sua origem pelo processo civilizatório (WILLIAMS, 2007); Feuerbach inverte o sentido teleológico, de que alienação é estar longe de Deus, para frisar que o termo revela justamente o fato dos indivíduos se esquecerem que Deus foi uma criação humana coletiva, lhe dando existência autônoma e, o que é pior, invertendo essa relação na qual o criador humano se imagina sendo criado pela criatura que ele próprio inventou (GRESPLAN, 2021); Freud defendia que o ser alienado é aquele que está estranhado de alguma pulsão humana primordial, como o sexo ou o desejo (WILLIAMS, 2007). Em Marx, o sentido de alienação ganha outro significado, alicerçado pela primeira vez nos processos sociais e econômicos da sociedade capitalista.

Marx foi o responsável por dar um papel de destaque a essa noção. Existe uma posição defendida por alguns estudiosos que o termo teria sido empregado, sobretudo, na juventude de Marx e, para outros, a exemplo de Althusser, que ele não desempenhou importância decisiva no Marx maduro (LOWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015). Ainda, há quem entenda que o tema do trabalho alienado não foi abandonado posteriormente por Marx, mas devido ao aprofundamento de suas análises científicas a expressão já não comportava suas ideias e significado³ (QUEIROZ, 2016). Ainda segundo Mandel (1968) e Mézszáros (2006), é falso que o conceito tenha sido abandonado e não apareça mais no conjunto da obra marxiana ou não desempenhe papel importante; assim o

² Para Williams (2007), além do emprego da palavra alienação em contextos gerais, ela carrega significados mais específicos, embora controversos, a partir de uma série de disciplinas, que vão desde a teoria social e econômica até à filosofia e psicologia.

³ "Segundo essa linha interpretativa Marx não abandona, em suas 'obras maduras', a tematização do trabalho alienado. Ao contrário, a

termo não é restrito ao período jovem de Marx e seu entendimento é condicionado à consideração de obras posteriores.

De fato, não existe de um único tipo de alienação: mas “[...] a originalidade principal de Marx consiste em sustentar que a raiz das alienações religiosa, filosófica e política deve ser buscada na alienação social” (LOWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015, p. 13-14) definida por Marx a partir do termo *trabalho alienado*.⁴ Como atividade essencialmente humana, o trabalho desempenha papel-chave para se compreender a alienação em Marx, visto que os homens perdem não somente o resultado dessa atividade criadora, mas também a completa noção e o domínio desse processo, o seu sentido; o mundo construído pelo homem se defronta a ele como algo hostil e estranho. Marx descobriu que a *propriedade privada* é fonte geral de alienação e que esta é, “[...] fundamentalmente, uma alienação do trabalho humano” (MANDEL, 1968, p. 163). E nem poderia ser de outro jeito, já que Marx estabelece, nos *Manuscritos* mesmo, a propriedade privada como fundamento da sociedade burguesa: portanto, essa categoria deve anteceder a exploração, que ainda não era compreendida, para a explicação de trabalho alienado.

Mandel (1975) trabalha o conceito moderno e o associa ao surgimento e à generalização da produção de mercadoria, deitando raízes na existência da propriedade privada. Também Grespan (2021) nos traz o entendimento da alienação como um longo processo em que se convergem a autonomização e a inversão, como em Feuerbach, mas com distintas aplicações. Com a se-

paração do trabalhador e dos meios de trabalho os sujeitos se tornam juridicamente livres; mas essa formalidade está imersa em uma profunda desigualdade social gerada por tal cisão. Esta perda da propriedade dos meios de produção faz com que seja retirado dos homens o conteúdo real de suas vidas, os tornando seres abstratos e sem particularidades. Como expressão de uma situação social, o indivíduo não se reconhece plenamente em seu produto e apenas tem acesso a ele pela mediação do mercado, se afirmando na sociedade como consumidor e não como produtor; o trabalhador não tem consciência que o produto é resultado direto do seu trabalho, uma exteriorização do uso de sua força de trabalho em condições exigidas.

[...] a alienação consiste na “estranheza” do mundo dominado por um poder social sobre o qual os indivíduos perderam qualquer controle, depois de o terem criado, em um evidente movimento de autonomização e inversão. As condições de trabalho e distribuição dos frutos do trabalho tornam-se independentes dos agentes econômicos e, em seguida, aparecem como um “poder que subjuga” seus criadores, “em vez de ser dominado” por eles. Em uma inversão surpreendente, o produto aparece como produtor e o produtor, como o produto (GRESPLAN, 2021, p. 26).

A alienação é o principal conceito dos *Manuscritos* de 1844, uma das mais complexas obras da literatura filosófica⁵ (MÉSZÁROS, 2006) e que gera amplo debate em defesa de diferentes pontos de vista: o conceito é cercado por uma enorme controvérsia⁶ (MANDEL, 1968). O *Manuscrito* representa uma transição do pensamento de Marx, uma espécie de amadurecimento pelo acúmulo teórico que abarca o movimento *da Filosofia para*

nosso ver o filósofo alemão apenas aprofunda de tal modo sua análise científica da questão que o conceito acaba se tornando dispensável, pois insuficiente para explicar o processo, e inconveniente, pela carga filosófica pré-marxista que traz consigo” (QUEIROZ, 2016, p. 46). Talvez isso explique, mesmo que em partes, o fato de afirmações sobre o conceito ter sido empregado por Marx sobretudo em sua juventude, como em Lowy, Duménil e Renault (2015).

⁴ Definido por Lowy, Duménil e Renault (2015, p. 14), como o “[...] conceito que designa as relações aparadas, invertidas e antagônicas que colocam o trabalhador de um lado, e o produto de sua atividade ela mesma, a natureza exterior, os outros homens e, finalmente, sua própria natureza, de outro”.

⁵ Sobre esse título particular de Marx, Mézáros (2006) pontua uma série de dificuldades que torna problemático seu entendimento: a) o seu caráter fragmentário; b) linguagem e terminologia, que abrangem: complexidades de tradução, inadequação da estrutura conceitual, ambiguidade terminológica; e c) complexidade do conceito chave – alienação e; a estrutura dos *Manuscritos*.

⁶ Mandel (1968, p. 168) sumaria três posições diversas sobre o assunto: “1) A posição dos que procuram contestar a diferença entre os *Manuscritos* de 1844 e *O Capital*, que reencontram o essencial das teses do *Capital* já nos *Manuscritos* de 1844” ou que autores que acentuam em demasia essa diferença, compreendendo que o *Manuscrito* seria mais completo: ambas as posições foram contestadas por Mandel (1968); segundo, o *Manuscrito* contemplaria de forma mais global o tema do trabalho alienado, em que esses escritos seriam o ponto alto do pensamento de Marx e; terceiro, o entendimento de que haveria uma contradição entre as duas obras de Marx e que as suas concepções de trabalho alienado teriam sido um obstáculo para sua aceitação da teoria valor-trabalho.

a crítica da Economia Política: segundo Mandel (1968, p. 162), "Marx aí combina, à sua maneira, isto é, modificando-os profundamente, a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e as determinações sociais da Economia Política". Esta tinha uma tendência inata em escamotear as contradições sociais, a miséria do operário, que são resumidas por Marx na ideia do trabalho alienado. Analisando trechos da obra marxiana, Mandel (1968) descreve o trabalho alienado nesse momento como o trabalho que não é proprietário do seu produto, trabalho que enriquece os outros, forçado, fonte de satisfação de outros sujeitos. Dessa forma está, "[...] claramente, reduzido à divisão da sociedade em classes, à oposição entre o Capital e o Trabalho, à propriedade privada [...]" (MANDEL, 1968, p. 164). Contudo, é posteriormente que Marx vai descobrir as "[...] precisas raízes da exploração do homem pelo homem, e esboça, assim, as suas origens, as razões de seu desdobramento, e as condições de seu desfecho" (MANDEL, 1968, p. 166). Portanto, os *Manuscritos* ainda carecem de uma análise das contradições reais da sociedade capitalista, tanto que a situação do proletariado ainda está imersa em uma teoria da pauperização absoluta, que seria posteriormente abandonada.

Há quase uma equivalência entre trabalho explorado e trabalho alienado. Mas, ainda que as constatações de Marx acerca da realidade social estejam embasadas empiricamente, estas contradições não estavam suficientemente teorizadas. Queremos significar que a noção de mais-valor (mais-valia) e a sua teoria do valor-trabalho ainda não haviam sido descobertas, não podendo aparecer nos *Manuscritos*: sobre isso, Antunes (2015) diz que ambas noções talvez despontem de forma muito embrionária; Netto (2015) escreve que, mesmo em 1848, mais especificamente no *Manifesto Comunista*, Marx ainda não tinha condições de determinar com rigor a natureza da exploração capitalista, e justamente pela falta da categoria mais-valor, que iria aparecer plenamente somente n' *O Capital*; também Mandel (1968), confirma essa condição, para quem a descoberta da mais-valia só vai acontecer cerca

de 14 anos depois desses escritos.

Mészáros (2006, p. 20, grifo do autor) realizou um estudo sobre a categoria alienação em Marx e evidencia elementos importantes para seu entendimento. Pontua seus quatro aspectos principais: "a) o homem está alienado da *natureza*", o que expressa a relação do trabalhador com o produto da sua atividade, que há também a sua relação com o mundo exterior, com os objetos da natureza; "b) está alienado de *si mesmo* (da sua própria *atividade*)", expressando a relação do trabalhador com a sua atividade que é fonte de satisfação para outra pessoa, enquanto que para si esta satisfação está apenas na possibilidade da venda de sua força de trabalho; "c) do seu '*ser genérico*' (de seu ser como membro da espécie humana)"; esta questão se relaciona com o fato de que o objeto do trabalho é objetivação da vida humana e, dessa forma, ele está estranhado de si mesmo – esta característica é expressão das duas primeiras em termos de relações humanas e; "d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens)": aqui, Marx considera os efeitos da alienação do trabalho, tanto o "estranhamento da coisa" (primeiro aspecto), como o "auto estranhamento" (segundo aspecto). Mas se na terceira característica é levada em conta esses efeitos a partir da relação do homem com a humanidade, este último ponto considera a relação do homem com outros homens. "Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do 'estranhamento do homem em relação à *natureza* e a *si mesmo*', de um lado, e as expressões desse processo na relação entre *homem-humanidade* e *homem e homem*, de outro" (MÉSZÁROS, 2006, p. 21, grifo no original).

O fundamento da alienação na sociedade capitalista está na materialidade das relações de produção, assentadas na propriedade privada, mas seus resultados se expressam também de forma subjetiva. Nesse modo de produção vigente, o trabalhador vende, de forma juridicamente legal, embora essa justificativa de legalidade seja emoldurada pela extrema desigualdade social, sua força de trabalho por um período do dia; aquela não lhe pertence mais, assim como

não lhe pertence o objeto de seu trabalho e seu próprio trabalho, enquanto atividade que está desvirtuada a enriquecer quem detém as condições objetivas do processo de trabalho. *O homem está estranhado de sua atividade vital e de si mesmo, o que se reflete nas suas relações como um não reconhecimento universal de sua humanidade e sociabilidade, em um mesmo movimento histórico que seu próprio mundo se apresenta a ele como hostil e sua relação com outros se torna simples meio de satisfação de necessidades individuais.* Com isso, a luta contra a alienação não pode ocorrer de forma isolada, independente, mas deve partir da luta contra o capital e sua sociedade.

A alienação a partir dos Manuscritos Econômicos-filosóficos

O trabalho desvenda o ser social em cada momento histórico, se constituindo como uma forma de atividade dos sujeitos, como manifestação de determinado modo de vida dos homens, em dada época, como formas de produção que se alteram socialmente. Diz Marx e Engels (1984, p. 187, grifo dos autores) que "O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto também com o como produzem". Como pressupostos da existência humana e de toda história, primeiramente, o homem precisa estar em condições efetivas de viver; o trabalho se afirma como fator essencial para constituição da vida humana como tal, para responder ao que é essencial para sua manutenção como indivíduo, à produção de valores de uso, e realizar a história; na busca da satisfação de suas necessidades, antes de tudo o homem cria os meios para produzir sua vida material:

O primeiro ato histórico é, portanto, engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada

hora tão-somente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1984, p. 194).

O capítulo V de *O Capital*, Livro I, é emblemático sobre a questão do trabalho no modo de produção capitalista. Aqui, Marx (1983) defende que o trabalho é a mediação necessária para o metabolismo entre o homem e a Natureza.⁷ Ao incidir suas forças naturais objetivas e subjetivas, que são próprias de sua corporalidade, sobre a matéria natural, como uma força que lhe defronta, o homem, que desenvolve suas potências e as coloca sob seu controle, a domina de forma útil à sua vida, transformando ambos por esse processo. Fala-se do trabalho exclusivamente humano, teleológico, intencional, distante que está das formas puramente instintivas⁸; as requisições para sua efetividade não se encerram, pois, no domínio da Natureza, mas integra a "vontade orientada a um fim" (MARX, 1983, p. 150). Segundo Marx (2010), enquanto o animal mantém uma relação imediata com sua atividade vital, não se diferenciando dela, "O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência" (MARX, 2010, p. 84): o homem, como ser genérico, produz de forma consciente, além das condições imediatas, escolhendo entre alternativas. Tudo aquilo que no animal está confinado ao instinto, no homem está mediatizado pela dimensão da consciência.

Aqui se coloca a dupla transformação do trabalho, conforme Lukács (2012): por um lado, a do próprio homem, ao transformar a natureza e, por outro lado, a conversão de objetos e forças naturais em instrumentos de trabalho, que é, em si, um processo teleológico, visto que esses objetos existem independentes da consciência humana, objetivamente, e necessitam de certo conhecimento para ser utilizados para esse fim, necessitam do trabalho. O "pôr teleológico do trabalho", que em si representa um "salto ontológico" (LUKÁCS, 2012, p. 287), é o início de um longo processo em que se estabelece o ser

⁷ O trabalho do homem, enquanto processo, "media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza" (MARX, 1983, p. 149). É, o trabalho, além de uma ação de dominação do natural, um elemento de transformação.

⁸ E aqui se coloca o clássico exemplo marxiano: "Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente" (MARX, 1983, p. 149-150).

social: *o trabalho cria o ser social*. O trabalho é o elemento que integra o natural e o social, se estabelecendo, nas palavras de Tonet (2013, p. 84), como a "síntese entre teleologia e causalidade", entre o fim a ser atingido conscientemente e a natureza, governada por suas próprias leis, independentemente da consciência humana: "É ele [o trabalho] o responsável por esse salto que faz com que, por meio da teleologia e de seu desdobramento prático (objetivação), o curso das leis naturais seja alterado, dando origem a um novo tipo de ser" (TONET, 2013, p. 86).

A constituição do ser social pelo trabalho não significa um rompimento radical com a base natural do homem, mas sim um distanciamento pela transformação social dessa base, como algo contínuo⁹: "O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz" (MARX, 2010a, p. 81). Temos, assim, um aumento constante, tanto quantitativo, quanto qualitativo, do que Lukács (2012, p. 289) chama de "componentes pura ou predominantemente sociais": no aperfeiçoamento do ser social, o que ocorre é a substituição de determinações puramente naturais por formas mistas, que pertencem tanto à naturalidade quanto à sociabilidade, mas com ênfase nesta última – agora, são as leis sociais que se constituem como predominância no desenvolvimento, não as naturais. Podemos considerar o trabalho como primordial para a humanização do homem; e a explicação desse porque novamente encontra-se em Lukács (2013):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica

(ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Falamos aqui do trabalho em seu sentido teleológico, uma atividade transformadora, idealmente arquitetada em todas as suas etapas e com uma projeção de resultado. Atividade que deve, considerando esse elemento, se repetir continuamente, como tem sido desde o começo da humanidade. Mas esse contínuo não se refere apenas de mera repetição, mas ao trabalho que se repõem de forma mais complexa e completa; se o próprio trabalho apenas se repunha em patamares anteriores, sem alterações, o processo histórico do homem seria estacionário e seu grau de humanização, tal como o conhecemos, lhe seria negligenciado.

Independentemente do momento histórico, o homem não pode deixar de produzir, não pode deixar de executar o trabalho para sua sobrevivência biológica mesmo. É pelo trabalho que o homem se alimenta, se protege das intempéries climáticas e cria as condições para sua manutenção e reprodução. Contudo, na sociedade burguesa, o processo de trabalho, enquanto abstração razoável que é, adquire contornos muito particulares: um, que o processo de trabalho em que se insere o trabalhador é controlado pelo capitalista, a quem pertence seu trabalho e; dois, o produto do trabalho é de domínio do capitalista que emprega a força de trabalho, dono dos meios de produção, não do produtor direto. O processo de trabalho ultrapassa a simples produção de valores de uso¹⁰ para ser também, de forma concomitante,¹¹ processo de valorização do capital, de produção de valores de troca.¹²

⁹ Diz Lukács (2012, p. 285): "No momento em que Marx faz da produção e reprodução da vida humana o problema central, surge, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base".

¹⁰ "A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso" (MARX, 1983, p. 45). O valor de uso é determinado pela própria coisa, pelas propriedades do corpo da mercadoria, que se realiza no uso ou no consumo.

¹¹ "De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo [o que aborda o processo de trabalho como produção de valores de uso, para satisfação de necessidades]. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor" (MARX, 1983, p. 155).

¹² Nesse caso, o produto é produzido não para satisfazer a necessidade, mas sim para ser trocado no mercado, vendido: "O que essas coisas [os produtos do trabalho] ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acu-

Produce-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor troca. E para nosso capitalista, trata de duas coisas. Primeiro, *que ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca*, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, *ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho*, para os quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também *mais-valia* (MARX, 1983, p. 155, grifo nosso).

Perde, o trabalho, sua característica de ser trabalho concreto, útil,¹³ para ser estruturado como trabalho abstrato,¹⁴ uma "[...] objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida" (MARX, 1983, p. 47), produtor de mercadoria, portadora que é de ambas as formas de valor como uma condição mesma para possuir tal forma: "[...] o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advém como produtor de valores de uso" (MARX, 1983, p. 49). Agora esse trabalho perde seu caráter emancipador para se tornar algo com um potencial mortificador imenso; até mesmo as condições mais urgentes e imediatas da vida, as mais básicas e necessárias, se tornam distantes do homem. O trabalho, pela perspectiva da divisão da sociedade em classes, adquire formatação distinta, particularmente o compreendido na sociedade burguesa, uma sociabilidade em que todas as instâncias da vida atingem um grau de mercantilização altamente abrangente, em que a produção de valores de uso está subordinada à produção de valores de troca.

Nos *Manuscritos* de 1844, Marx (2010) traz os sentidos e expressões do trabalho, dominado

que está pelo capital, e suas repercussões para a classe trabalhadora. Nesses escritos parece já estar indicado algo que o autor iria desenvolver substancialmente décadas depois: o incrível aumento da produtividade do trabalho e suas consequências sociais, o que pressupõe toda a discussão anteriormente apresentada, cuja centralidade está subjacente ao movimento da composição do capital no processo de acumulação, na dinamização e potencialização da produção, mas claro que ainda de forma incipiente: "*O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria*" (MARX, 2010, p. 80, grifo nosso). Sobre os sentidos do trabalho, com a "valorização" do mundo das coisas, ocorre a "desvalorização" do mundo dos homens, ao passo que o trabalhador, ao produzir mercadorias, produz a si próprio como mercadoria, em um ciclo que, se deixado seu curso, se repete de forma infundável.

Recorrendo a essas densas páginas, marcadas por uma grande utilização de conceitos, queremos apenas destacar sua significação de forma geral. Sendo assim: "[...] o objeto (*Gegesntand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor" (MARX, 2010, p. 80, grifo do autor), ou seja, o produto não pertence ao trabalhador, o seu ser não se realiza e não se reconhece no produto do seu trabalho, como se este existisse por si próprio. A realização do trabalho, sua "efetivação", é a sua própria "objetivação", a exteriorização de energia física e mental, canalizadas para produzir objetos, no caso dessa sociabilidade, mercadorias.

Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetiva-*

mulada trabalho humano. Como cristalização dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis (MARX, 1983, p. 47).

¹³ Trabalho útil é o trabalho produtor de artigos que satisfaçam necessidades, como condição de existência do homem. Segundo Marx (1983, p. 50), "O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.

¹⁴ O trabalho abstrato se evidencia quando se deixa de lado o valor de uso da mercadoria, dado pelo seu corpo mesmo; não é considerado mais as particularidades físicas que a reveste ou mesmo quem a produziu, qual o trabalhador a criou: "Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato" (MARX, 1983, p. 47).

ção (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão do objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*) (MARX, 2010, p. 80, grifo do autor).

Marx expressa que na sociedade burguesa a efetivação do trabalho não comporta graus de criatividade, inteligência e talento, aparecendo assim no seu oposto, como desefetivação, ao passo que o produto, que contém o trabalho por meio do qual foi criado, não pertence ao seu criador, ao trabalhador, em uma relação que este se subordina ao trabalho para manter sua existência, mesmo nele não se reconhecendo, já que o trabalho se objetiva em um produto que pertence ao capital – é uma objetivação como perda do objeto.

"A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome" (MARX, 2010, p. 80); o trabalho se torna um objeto no qual o trabalhador se agarra com suas maiores forças, mas apenas na medida em que é requisitado pelo capital. A apropriação do objeto, estranhada, se expressa no fato de que "[...] quanto mais o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital" (MARX, 2010, p. 81), produção que aparece como a desrealização da sua própria atividade vital, agora tornada meio de enriquecimento alheio. Ao enriquecer o meio objetivo, tanto mais pobre se torna o trabalhador, "seu mundo interior, [e]l tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio" (MARX, 2010, p. 81), cada vez mais ele mortifica sua existência, em uma ultrajante despossessão, material e espiritual: "Ele não é o produto do seu trabalho" (MARX, 2010, p. 81); aquele é sofisticado, com traços de requinte e sintetizando o que de mais avançado existe em sua execução, enquanto que o trabalhador se define em todos os âmbitos de sua vida ao ter toda a riqueza de sua atividade essencial transferida à máquina, sendo aquela reduzida a uma atividade sem sentido para sua existência.

No sistema capitalista, a apropriação da natureza, do mundo sensível, é despossessão, em que o trabalhador se priva dos meios de vida,

se tornado um "[...] servo do seu objeto" (MARX, 2010, p. 81), sem a possibilidade de não se subordinar e de não depender do valor de troca de sua única mercadoria. "O auge dessa servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador" (MARX, 2010, p. 82, grifo do autor): a sua própria reprodução biológica depende da sua submissão ao capital. Quanto mais rico o objeto, mais pobre o trabalhador; quanto mais o primeiro evolui pela incorporação de novas técnicas e progressos, mais esse último se degrada, se embrutece.

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas caverna para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010, p. 82).

O trabalho não se realiza de acordo com as potencialidades humanas, reduzindo o horizonte da consciência dos sujeitos e isso em decorrência dos impedimentos colocados socialmente para sua efetivação como possibilitador do enriquecimento do ser social. O estranhamento, de que recorrentemente fala Marx (2010), não se refere somente ao resultado do trabalho, mas envolve a própria produção, a atividade produtiva: se o produto é só o resumo da atividade, da produção, como exteriorização, a produção é a exteriorização ativa, a atividade da exteriorização. "O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho" (MARX, 2010, p. 83). Dessa forma:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc. e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal (MARX, 2010, p. 83).

O trabalhador só se realiza longe do seu trabalho, nunca desempenhando sua atividade por

esta ser justamente seu contrário. As atividades citadas acima, comer, beber e procriar também são atividades humanas, mas quando isoladas em si, separadas de um conjunto de outras efetivações humanas, o patamar do homem se reduz e este aparece como uma criatura animalesca, a esfera pessoal acontece em patamares animalescos.

Além das duas determinações do trabalho estranhada já apontadas, Marx (2010) nos traz uma terceira, derivada daquelas. O homem é um ser genérico (conscientemente livre), não somente por identificar a espécie humana com consciência, mas também ao se relacionar consigo mesmo como um gênero vivo e como um ser universal (social) e, assim, livre, como o único ser capaz de pensar e criar além das suas necessidades mais imediatas. Tanto no animal, quanto no homem, consiste "que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica", da natureza externa ao homem, fora do seu organismo, "e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive" (MARX, 2010, p. 84); quanto mais social é o homem, maior é o seu domínio da natureza ao seu redor, fazendo da "natureza inteira o seu corpo *inorgânico*" (MARX, 2010, p. 84, grifo do autor), uma extensão do seu corpo biológico, algo do qual ele necessita.¹⁵ Mas o trabalho estranhado, ao estranhar do homem a natureza, pela condição do produto de seu trabalho, e estranhar o homem de si mesmo, ao pensarmos o ato da produção, da sua atividade vital, estranha, também, o homem do gênero humano. O trabalho estranhado faz com que o homem se relacione com outros homens apenas como mediação para a manutenção de sua vida individual, para o atendimento de necessidades e conquistas de vantagens, não por prazer; nisso consiste a existência de outros homens e do homem em si mesmo. "Faz-lhe da *vida genérica*

apenas um meio da vida individual" (MARX, 2010, p. 84, grifo do autor).

Pois, primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um meio de satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesmo aparece só como *meio de vida* (MARX, 2010, p. 84, grifo do autor).

O trabalho, que deveria comportar formas de desenvolvimento do homem, aparece apenas como uma forma dele se manter vivo, como meio de suprir carências precisas. Mas se a atividade produtiva é consciente e social, o que torna necessário o estabelecimento de relações sociais, esse caráter do trabalho é o que define o ser social em sua relação com o mundo exterior a si mesmo. Dessa forma, além do trabalho perder todo seu caráter humanizador, as relações sociais, por meio das quais é engendrado, aparecem residualmente como meio de garantia de interesses privados.

Considerações finais

Na sociedade capitalista, o trabalho perde seu potencial libertador para se tornar um mecanismo de aprisionamento do trabalhador, trocado na esfera da circulação como outra mercadoria qualquer e realizador de valor de uso, mas apenas na medida em que esse também possui valor de troca. Considerando o cenário social global, e durante toda a vigência do capitalismo, não é difícil entendermos as colocações de Marx quanto à configuração do trabalho a partir do domínio do capital, em que aquele se coloca apenas como forma para a conquista dos meios necessários à vida, não para o pleno desenvolvimento do homem.

¹⁵ Necessita na medida em que a natureza é "1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza" (MARX, 2010, p. 84). Mais uma vez temos a certificação de que o homem não se separa por completo da natureza, de que isso é algo impossível no processo qualitativo de transformação do ser social. Tão e somente a sua base existencial se torna mais social, mas não independente do natural.

A questão do trabalho alienado não se esgota na exploração, mas a ultrapassa, indo além do debate do mais-valor, do trabalho excedente e não pago que é responsável pela acumulação de capital. Esse primeiro elemento envolve a noção do tempo, que ultrapassa a margem do que é necessário à manutenção do trabalhador e se constituindo em tempo excedente. O trabalho alienado engloba a subjetividade do trabalhador; e nem poderia ser diferente, visto que os sujeitos se constituem na parte subjetiva do processo de trabalho. Justamente por isso que esse lado não objetivo precisa ser considerado quando da análise do trabalho sob a ordem do capital; nessa visão é que abre a possibilidade de encarar o processo produtivo como o gerador de uma série de implicações para os trabalhadores em relação à sua atividade e ao produto desta atividade não apenas sobre o prisma do não pertencimento material, mas sob a visão do estranhamento, da não realização, da não satisfação do seu trabalho, desse não reconhecimento que sua força de trabalho é a criadora de toda essa riqueza que lhe confronta. É essa forma de trabalho alienado que limita ou até mesmo impede que se expanda toda a potencialidade humana através do trabalho em todas as suas direções, visto que todas essas possibilidades estão encerradas no limite de um trabalho socialmente forçado e destinado à valorização do capital.

A superação dessa alienação, que toma por base a forma da produção da vida social, apenas é possível com a superação da vigência do capital e do modo de produção que lhe é próprio, erodindo, dessa forma, as estruturas da propriedade privada e do trabalho assalariado. A luta contra a alienação é a luta contra toda essa sociabilidade, contra essa forma de organização do trabalho social, contra a direção e o direcionamento do capital no processo de trabalho e dos seus resultados. Apenas em outra sociedade o homem poderá encarar o trabalho sob outra perspectiva e experimentar os resultados de seu empenho para si próprio.

Referências

- ANTUNES, R. A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. In: NETTO, J. P. (org.). *Curso livre Marx-Engels. A criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015. p. 97-114.
- GRESPLAN, J. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LOWY, M.; DUMÉNIL, G.; RENAULT, E. *100 palavras do marxismo*. São Paulo: Cortez, 2015.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx. De 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MANDEL, E. *Iniciação à teoria econômica*. Rio de Janeiro: Livraria Página LTDA., 1975. Reedição fac-símile.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. Prefácios e Capítulos I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (A ideologia Alemã). In: FERNANDES, F. (org.). *K. Marx, F. Engels: história*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 182-214.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NETTO, J. P. O Manifesto Comunista: limites e grandeza teórico-política. In: NETTO, J. P. (org.). *Curso livre Marx-Engels. A criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015c. p. 55-72.
- QUEIROZ, P. P. *Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003-2016): crítica à economia política do campo democrático-popular*. 2016. 665 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2016.
- TONET, I. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Silvio Redon

Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil. Doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil. Assistente social da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, em Laranjeiras do Sul, PR, Brasil.

Eliane Christine Santos de Campos

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, SP, Brasil. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina, PR, Brasil.

Endereços para correspondência

Silvio Redon
Rua Itália, 179 – casa
86046-310, Jardim Igapó
Londrina, PR, Brasil

Eliane Christine Santos de Campos

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380
Campus Universitário
86057-970
Londrina, PR, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.